

MP-ES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

Agente Técnico-
Enfermeiro

EDITAL DE CONCURSO Nº 01/2026

CÓD: SL-058MR-26
7908433293088

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna	9
2. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	15
3. Emprego de tempos e modos dos verbos na língua portuguesa; mecanismos de flexão dos nomes e verbos	16
4. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	19
5. Processos de formação palavras	28
6. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	29
7. Concordância nominal e verbal	33
8. Transitividade e regência de nomes e verbos	36
9. Padrões gerais de colocação pronominal na língua portuguesa	38
10. Mecanismos de coesão textual	40
11. Ortografia	41
12. Acentuação gráfica	42
13. Emprego do sinal indicativo de crase	44
14. Pontuação	45
15. Estilística: figuras de linguagem	47
16. Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	50
17. Variação linguística	51
18. Norma padrão	53

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Conjuntos e suas operações, diagramas	59
2. Números inteiros, racionais e reais e suas operações	62
3. Porcentagem	69
4. Proporcionalidade direta e inversa	71
5. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo	72
6. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. formação de conceitos, discriminação de elementos. proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados ...	76
7. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal	90
8. Raciocínio matemático	94
9. Raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal	100
10. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas	103
11. Problemas de lógica e raciocínio	107
12. Problemas de contagem	109
13. Noções de probabilidade	112
14. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área	115
15. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão	123

Legislação e Código de Ética do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

1. Lei Orgânica do MPES - lei complementar Estadual nº 95/1997 (Título I - da organização e atribuições do ministério público. Capítulo I - das disposições gerais; Capítulo II – da organização do ministério público)	131
2. Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 (Título I - do estado do espírito santo e seu território; título II - dos direitos e garantias fundamentais; capítulo IV - das funções essenciais à administração da justiça, seção I - do ministério público)	132
3. Lei Estadual Nº 7233/2002 (dá nova redação ao plano de carreiras e vencimentos dos servidores administrativos do ministério público)	136
4. Lei nº 13709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).....	143
5. Portaria PGJ Nº 897/2023 (institui a política de privacidade e de proteção de dados pessoais no mpes)	157
6. Código de Ética do MP (Resolução CNMP Nº 261/2023).....	160
7. Portaria Nº 8565/2017 (dispõe sobre a estratégia institucional e seu modelo de governança no âmbito do ministério público do estado do espírito santo)	163
8. Planejamento estratégico 2024-2032 do MPES	168
9. O Ministério Público brasileiro e a promoção dos ods da agenda 2030	168
10. Regimento interno da estrutura organizacional do mpes (Resolução Nº 12/2012)	169

Conhecimentos Específicos Agente Técnico - Enfermeiro

1. Modalidades assistenciais; Hospital-dia, assistência domiciliar, trabalho de grupo	207
2. Prática de enfermagem na comunidade; Cuidado de saúde familiar; Estratégia da saúde da família	208
3. Teorias e processos de Enfermagem.....	212
4. Taxonomias de diagnósticos de enfermagem	214
5. Atuação da enfermagem em procedimentos e métodos diagnósticos.....	215
6. Procedimentos técnicos em enfermagem	216
7. Assistência de enfermagem perioperatória.....	246
8. Assistência de enfermagem a pacientes com alterações da função cardiovascular e circulatória, digestiva e gastrointestinal, metabólica e endócrina, renal e do trato urinário, reprodutiva, tegumentar, neurológica e músculo esquelético	264
9. Assistência de Enfermagem ao recém-nascido; Modelos de atenção ao recém-nascido, que compõem o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento; Assistência de enfermagem à criança: aleitamento materno, atendimento de enfermagem em emergências pediátricas, cuidados de Enfermagem nas doenças prevalentes na infância (diarreicas e respiratórias).....	267
10. Assistência de Enfermagem aplicada à saúde sexual e reprodutiva da mulher, com ênfase nas ações de baixa e média complexidade; Saúde sexual e reprodutiva, Saúde da Mulher; Assistência de enfermagem à gestante, à parturiente e à puerpera	279
11. Assistência de enfermagem à mulher no climatério, na menopausa e na prevenção e tratamento de ginecopatias.....	288
12. Assistência de Enfermagem ao adulto com transtorno mental; Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que inclui os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a Atenção Primária à Saúde (APS), os Leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais, os Serviços de Urgência e Emergência, as Residências Terapêuticas e os Centros de Convivência e Cultura; Instrumentos de intervenção de Enfermagem em saúde mental	291
13. Assistência de Enfermagem em gerontologia	305
14. Assistência de Enfermagem ao paciente oncológico nas diferentes fases da doença e tratamentos; Quimioterapia, radioterapia e cirurgias	307

ÍNDICE

15. Assistência de Enfermagem em agravos à saúde relacionados ao trabalho.....	313
16. Atendimento a pacientes em situações de urgência e emergência; Estrutura organizacional do serviço de emergência hospitalar e pré-hospitalar; Enfermagem em urgências.....	315
17. Suporte básico de vida em emergências	317
18. Assistência de enfermagem em queimaduras	321
19. Emergências relacionadas às doenças do aparelho respiratório, do aparelho circulatório e às psiquiátricas.....	325
20. Atendimento inicial ao politraumatizado; Atendimento na parada cardiorrespiratória.....	330
21. Assistência de enfermagem ao paciente crítico com distúrbios hidroeletrólíticos, ácido-básicos, insuficiência respiratória e ventilação mecânica; Insuficiência renal e métodos dialíticos; Insuficiência hepática	334
22. Avaliação de consciência no paciente em coma	342
23. Doação, captação e transplante de órgãos	343
24. Violência, abuso de drogas, intoxicações, emergências ambientais.....	344
25. Assistência de enfermagem em acidentes com animais peçonhentos e mordeduras de animais	345
26. Central de material e esterilização; processamento de produtos para saúde; processos de esterilização de produtos para saúde; controle de qualidade e validação dos processos de esterilização de produtos para saúde	348
27. Vigilância epidemiológica e vigilância em saúde	357
28. Programas de prevenção e controle de doenças transmissíveis prevalentes no cenário epidemiológico brasileiro.....	359
29. Doenças e agravos não transmissíveis	362
30. Hipertensão arterial, diabetes mellitus, obesidade e neoplasias	364
31. Práticas de biossegurança aplicadas ao processo de cuidar; Risco biológico e medidas de precauções básicas para a segurança individual e coletiva no serviço de assistência à saúde; Precaução-padrão e precauções por forma de transmissão das doenças; Medidas de proteção cabíveis nas situações de risco potencial de exposição; Prevenção e Controle de Infecções; Biossegurança nos serviços de saúde	366
32. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde; Planejamento e Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde	372
33. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (Lei nº 8080/1990); O controle social na gestão do SUS e a participação da comunidade no SUS (Lei nº 8142/1990); Políticas de Promoção à Equidade no SUS.....	377
34. Constituição Federal – do Art. 196 ao Art. 200 (Da Saúde)	397
35. Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 2.436/2017)	398
36. Política Nacional de Humanização-HumanizaSUS.....	427
37. Programa Nacional de Imunizações.....	429
38. Lei nº 10.216/2001	442
39. Laudos e Documentação Técnica; Elaboração de Documentos Técnicos: estrutura de laudos e pareceres técnicos; relatórios de vistoria e inspeção	443
40. Legislação e Aspectos Éticos; Código de Ética e Deontologia da Enfermagem – análise crítica; Bioética; Legislação e normas aplicáveis: Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN 564/2017)	445
41. Lei do Exercício Profissional (Lei nº 7.498/1986, regulamentada pelo Decreto nº 94.406/1987)	453

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

▪ **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cartões, biografias, manuais e relatos de viagem.

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

▪ **Exemplos de gêneros textuais injuntivos:** receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.

► Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo tem como principal objetivo informar, esclarecer ou explicar determinado assunto ao leitor. Sua função é apresentar informações de forma clara, imparcial e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar.

Características principais:

- Apresenta uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Uso de linguagem formal, objetiva e impessoal.
- O verbo é empregado predominantemente no presente, e a organização das ideias segue uma sequência lógica e ordenada.

▪ **Exemplos de gêneros textuais expositivos:** enciclopédias, artigos científicos, verbetes de dicionário, palestras e entrevistas.

► Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é amplamente utilizado em redações de concursos e vestibulares. Seu objetivo é expor ideias, discutir um tema e defender um ponto de vista, utilizando argumentos consistentes e bem estruturados.

Características principais:

- Estrutura típica com introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (reforço ou síntese da ideia principal).
- Presença de elementos que visam convencer o leitor, como citações, dados estatísticos, exemplos e comparações.
- Uso de verbos no presente, em primeira ou terceira pessoa, dependendo do grau de formalidade.

▪ **Exemplos de gêneros textuais dissertativo-argumentativos:** artigos de opinião, editoriais, ensaios, resenhas e cartas argumentativas.

► Tipo Textual Narrativo

O tipo narrativo é aquele em que o autor conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, um enredo, tempo e espaço. A narrativa envolve a apresentação de eventos que se desenrolam ao longo do tempo, seguindo uma sequência lógica.

Características principais:

- Presença de personagens, narrador, enredo, tempo e espaço.
- Uso predominante de verbos no pretérito, que conferem a ideia de acontecimentos já ocorridos.
- Pode adotar diferentes tipos de narrador, como o narrador em primeira pessoa (participa da história) ou o narrador em terceira pessoa (observador ou onisciente).

▪ **Exemplos de gêneros textuais narrativos:** contos, romances, fábulas, crônicas e lendas.

RELAÇÃO ENTRE OS TIPOS TEXTUAIS E A FUNÇÃO COMUNICATIVA

Os tipos textuais servem como base para a construção de qualquer texto e têm uma função comunicativa que orienta a escolha das estruturas gramaticais, do vocabulário e do estilo de escrita. Por exemplo, ao produzir um texto narrativo, espera-se que haja uma sequência de ações e eventos; ao criar um texto dissertativo-argumentativo, é necessário apresentar e defender uma ideia de forma lógica e coerente.

A compreensão das características dos tipos textuais é fundamental para que os candidatos sejam capazes de identificar a estrutura e a finalidade dos textos em provas de concursos públicos, assim como para que possam produzir redações de acordo com as exigências da banca examinadora. Portanto, o conhecimento aprofundado dos tipos textuais é um diferencial importante para o sucesso em questões que abordam análise e produção textual.

► Análise dos Principais Tipos Textuais

Os tipos textuais são a base que orienta a construção e a organização de um texto, guiando a forma como as informações são apresentadas e recebidas pelo leitor. A seguir, analisaremos em detalhes os cinco principais tipos textuais: descritivo, injuntivo, expositivo, dissertativo-argumentativo e narrativo, destacando suas características, usos e exemplos práticos. Esse entendimento é fundamental para a interpretação e produção de textos, especialmente em contextos como concursos públicos e vestibulares, nos quais a capacidade de identificar e aplicar os tipos textuais é frequentemente avaliada.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo textual descritivo tem como objetivo pintar uma imagem mental de um objeto, pessoa, ambiente, situação ou sentimento, fornecendo detalhes que ajudam o leitor a “visualizar” o que está sendo descrito. É comum encontrar a descrição em textos literários, em que o autor deseja criar um cenário ou caracterizar um personagem, mas ela também aparece em textos não literários, como anúncios classificados, cardápios e laudos médicos.

Características principais:

- **Uso de adjetivos e locuções adjetivas:** Proporcionam detalhes sobre características físicas ou emocionais do que está sendo descrito.
- **Verbos de ligação:** Verbos como “ser”, “estar” e “parecer” são frequentes, pois ajudam a conectar as características ao objeto descrito.
- **Detalhamento minucioso:** Enumeração de características que podem incluir cor, forma, tamanho, textura, cheiro e emoções, tornando a descrição rica e detalhada.
- **Estilo estático:** A descrição não envolve ação ou movimento; o foco é a apresentação das características.
- **Exemplos de uso:** Biografias, descrições em romances, relatórios técnicos e anúncios de classificados.
- **Exemplo prático:** “A casa era pequena, de paredes brancas, janelas azuis e telhado vermelho. O jardim à frente era bem cuidado, com flores amarelas e rosas que exalavam um perfume suave.”

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo textual injuntivo, também chamado de instrucional, tem como finalidade orientar, instruir ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Esse tipo é utilizado em textos que apresentam comandos, instruções ou regras, e é bastante comum em manuais de instruções, receitas culinárias, editais de concursos e regulamentos.

Características principais:

- **Uso de verbos no modo imperativo:** O uso de verbos como “faça”, “coloque”, “misture” é frequente, indicando instruções claras e diretas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

CONJUNTOS E SUAS OPERAÇÕES, DIAGRAMAS

TEORIA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

► Símbolos importantes

- $\in$: pertence
- $\notin$: não pertence
- $\subset$: está contido
- $\not\subset$: não está contido
- $\supset$: contém
- $\not\supset$: não contém
- $/$: tal que
- $\Rightarrow$: implica que
- $\Leftrightarrow$: se, e somente se
- $\exists$: existe
- $\nexists$: não existe
- $\forall$: para todo(ou qualquer que seja)
- $\emptyset$: conjunto vazio
- $\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais
- $\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros
- $\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais
- $\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais
- $\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

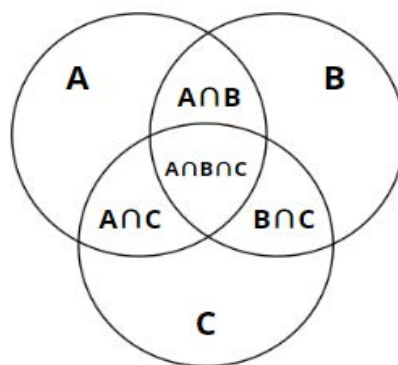
► Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto. Exemplo: $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$
- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos. Exemplo: $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$

▪ Enumerando esses elementos temos. Exemplo: $B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$

▪ Através do Diagrama de Venn que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos. Exemplo:



► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- A está contido em B escrevemos: $A \subset B$
- Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos: $A \not\subset B$

► Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

- $A = A$.
- Se $A = B$, então $B = A$.
- Se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$.
- Se $A = B$ e $x \in A$, então $x \in B$.

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos. Exemplo: se $A = \{1, 2, 3\}$, $B = \{2, 1, 3\}$, $C = \{1, 2, 2, 3\}$, então $A = B = C$.

► Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por $\#$, o número de elementos que ele possui. Exemplo: se $A = \{45, 65, 85, 95\}$, então $\#A = 4$.

Tipos de Conjuntos

- **Equipotente:** Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.
- **Infinito:** quando não é possível enumerar todos os seus elementos
- **Finito:** quando é possível enumerar todos os seus elementos
- **Singular:** quando é formado por um único elemento
- **Vazio:** quando não tem elementos, representados por $S = \emptyset$ ou $S = \{ \}$.

► Pertinência

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo $\in$. As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos. Exemplo: o conjunto das vogais (V) é $V = \{a, e, i, o, u\}$

- **A relação de pertinência é expressa por:** $a \in V$. Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V.
- **A relação de não-pertinência é expressa por:** $b \notin V$. Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

► Inclusão

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- **Propriedade reflexiva:** $A \subset A$, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- **Propriedade antissimétrica:** se $A \subset B$ e $B \subset A$, então $A = B$.
- **Propriedade transitiva:** se $A \subset B$ e $B \subset C$, então, $A \subset C$.

► Operações entre conjuntos

União

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

$$A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}.$$

Exemplo: $A = \{1, 2, 3, 4\}$ e $B = \{5, 6\}$, então $A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$

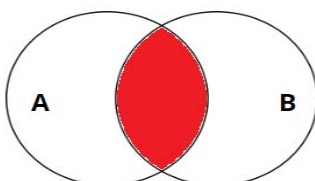
Fórmulas:

- $n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$
- $n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$

Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

$$A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$$



Exemplo: $A = \{a, b, c, d, e\}$ e $B = \{d, e, f, g\}$, então $A \cap B = \{d, e\}$

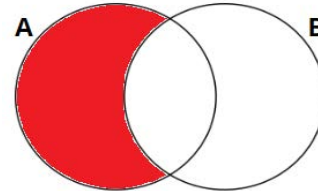
Fórmulas:

- $n(A \cap B) = n(A) + n(B) - n(A \cup B)$
- $n(A \cap B \cap C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cup B) - n(A \cup C) - n(B \cup C) + n(A \cup B \cup C)$

Diferença

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

$$A \setminus B \text{ ou } A - B = \{x | x \in A \text{ e } x \notin B\}.$$



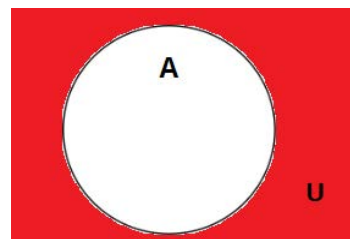
Exemplo: $A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$ e $B = \{5, 6, 7\}$, então $A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$.

$$\text{Fórmula: } n(A - B) = n(A) - n(A \cap B)$$

Complementar

O complementar de um conjunto A, representado por A^c ou A^c , é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$$A^c = \{x \in U | x \notin A\}$$



Exemplo: $U = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$ e $A = \{0, 1, 2, 3, 4\}$, então $A^c = \{5, 6, 7\}$

$$\text{Fórmula: } n(A^c) = n(U) - n(A)$$

Exemplo 1: (FCC)

Em um grupo de 32 homens, 18 são altos, 22 são barbados e 16 são carecas. Homens altos e barbados que não são carecas são seis. Todos homens altos que são carecas, são também barbados. Sabe-se que existem 5 homens que são altos e não são barbados nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados. Dentre todos esses homens, o número de barbados que não são altos, mas são carecas é igual a

- 4.
- 7.
- 13.
- 5.
- 8.

LEGISLAÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**LEI ORGÂNICA DO MPES - LEI COMPLEMENTAR
ESTADUAL Nº 95/1997 (TÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO
E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CAPÍTULO
I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS; CAPÍTULO II - DA ORGA-
NIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 28 DE JANEIRO DE
1997**

*Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Lei Orgânica do
Ministério Público Estadual.*

(Vide Lei Complementar nº 916, de 30 de julho de 2019, que
extingue 65 cargos)

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Faço
saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a
seguinte Lei:

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Ministério Público é Instituição permanente, essen-
cial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da
ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e
individuais indisponíveis.

Parágrafo único. São princípios institucionais do Ministério
Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º Ao Ministério Público é assegurada, na forma dos ar-
tigos 127 da Constituição Federal e 3º da Lei Federal nº 8.625/93,
autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe
especialmente:

- I - praticar atos próprios de gestão;
- II - decidir sobre a situação funcional e administrativa do
pessoal, ativo e inativo, e das carreiras do Ministério Público e
área administrativa, organizadas em quadros próprios;
- III - elaborar as folhas de pagamento do pessoal ativo, inativo
e de seus servidores administrativos;
- IV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respecti-
va contabilização;
- V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos
cargos das carreiras, bem como, a fixação, a revisão, o reajuste e
a recomposição dos vencimentos dos seus membros e dos seus
servidores;

VI - prover, em caráter originário ou mediante promoção e
demais formas de provimento derivado, os cargos referidos no
inciso anterior;

VII - editar atos de nomeação, exoneração, demissão, dis-
ponibilidade, afastamento, promoção, remoção, penalidade
administrativa, férias, licença, aposentadoria e todos os demais
necessários à atividade institucional e previstos em lei;

VIII - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares dos
órgãos de administração e execução;

IX - compor os seus órgãos de administração;

X - elaborar seus Regimentos Internos;

XI - exercer outras competências da espécie decorrentes.
(Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 1º As decisões do Ministério Público fundadas em sua au-
tonomia funcional, administrativa e financeira têm eficácia plena
e executoriedade imediata, ressalvada a competência consti-
tucional dos Poderes Judiciário e Legislativo. (Promulgado pela
Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 2º A autonomia financeira compreende a compe-
tência exclusiva para a elaboração de seu orçamento,
detalhamento das despesas e participação no total da previsão
orçamentária do Estado. (Promulgado pela Assembléia no D.O.
de 04/04/97) (Dispositivo declarado inconstitucional pela ADI nº
1757. Transitada em julgado em 19.10.2018)

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamen-
tária juntamente com os Poderes do Estado, dentro dos limites
estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhan-
do-a por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, diretamente
ao Governador do Estado para inclusão do projeto de lei orça-
mentária a ser submetido ao Poder Legislativo. (Promulgado pela
Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 4º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias
próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e
especiais, ser-lhe-ão postos à disposição em duodécimos, até o
dia vinte de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa,
em cotas estabelecidas na programação financeira. (Promulgado
pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 5º Os recursos próprios, não originários do Tesouro
Estadual, provenientes de convênios, acordos, realização de con-
curso de ingresso nas carreiras, participação em fundo instituído
por lei, cursos e publicações, serão utilizados em programas
vinculados aos fins da Instituição, vedada outra destinação.
(Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 6º A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patri-
monial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade,
economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e
renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, me-
diante controle externo, e pelo sistema de controle interno.
(Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 7º O controle interno, mencionado no § 6º, é exercido pela Assessoria de Auditoria Interna e Controle, conforme disposto em ato do Procurador-Geral de Justiça. (Redação dada pela Lei Complementar nº 916, de 30 de julho de 2019)

§ 8º As contas do Ministério Público serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 3º O Ministério Público compreende:

- I - os órgãos de Administração Superior;
- II - os órgãos de Administração;
- III - os órgãos de Execução;
- IV - os órgãos Auxiliares;

SEÇÃO I DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Art. 4º São órgãos de Administração Superior do Ministério Público:

- I - a Procuradoria-Geral de Justiça;
- II - as Subprocuradorias Gerais de Justiça; (Redação dada pela Lei Complementar nº 565, de 21 de julho de 2010).
- III - o Colégio de Procuradores de Justiça;
- IV - o Conselho Superior do Ministério Público;
- V - a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

SEÇÃO II DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º São também órgãos de administração do Ministério Público:

- I - as Procuradorias de Justiça;
- II - as Promotorias de Justiça;
- III - Ouvidoria do Ministério Público. (Dispositivo incluído pela Lei Complementar nº 1.047, de 27 de junho de 2023)

SEÇÃO III DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 6º São órgãos de execução do Ministério Público:

- I - o Procurador-Geral de Justiça;
- II - os Subprocuradores Gerais de Justiça; (Redação dada pela Lei Complementar nº 565, de 21 de julho de 2010).
- III - o Conselho Superior do Ministério Público;
- IV - os Procuradores de Justiça;
- V - os Promotores de Justiça.

SEÇÃO IV DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 7º São órgãos Auxiliares do Ministério Público, além de outros:

- I - Órgãos de Execução Administrativa;
- II - Órgãos de Assessoramento;
- III - Órgãos de Apoio Administrativo.
- (...)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DE 1989 (TÍTULO I - DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SEU TERRITÓRIO; TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; CAPÍTULO IV - DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, SEÇÃO I - DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 05 DE OUTUBRO DE 1989.

Nós, os representantes do povo espírito-santense, reunido sob a proteção de DEUS, em Assembléia Estadual Constituinte, por força do Art.11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, baseados nos princípios nela contidos, promulgamos a Constituição Estadual, assegurando o bem-estar de todo cidadão mediante a participação do povo no processo político, econômico e social do Estado, repudiando, assim, toda a forma autoritária de governo.

TÍTULO I DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SEU TERRITÓRIO

Art. 1º O Estado do Espírito Santo e seus Municípios integram a República Federativa do Brasil e adotam os princípios fundamentais da Constituição Federal. Parágrafo único - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição.

Art. 2º O Território do Estado, constituído por Municípios, tem os limites que lhe são assegurados pela tradição, documentos históricos, leis e julgados, não podendo ser alterado senão nos casos previstos na Constituição Federal. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 01 de dezembro de 1998.

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO ÚNICO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO ÚNICO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 3º Estado assegurará, pela lei e demais atos de seus órgãos e agentes, a imediata e plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos mencionados na Constituição Federal e dela decorrentes, além dos constantes nos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MODALIDADES ASSISTENCIAIS; HOSPITAL-DIA, ASSISTÊNCIA DOMICILIAR, TRABALHO DE GRUPO

▪ Hospital - dia

O Hospital Dia tem o objetivo de proporcionar tratamentos e cuidados médicos intensivos durante o dia, ou seja, assistência intermediária, procedimentos clínicos, cirúrgicos, ou seja, pacientes que irão permanecer por apenas 12 horas internados. Os hospitais, geralmente, são utilizados para tratamentos de saúde mental, reabilitação física (pós cirúrgicos), quimioterapias e outras terapias que exigem supervisão das equipes de saúde.

O trabalho de grupo dentro de um hospital, desenvolve um papel fundamental no processo da recuperação de pacientes. A interação com outras pessoas que enfrentam situações semelhantes, ou seja, pode proporcionar apoio emocional e social, facilitando a troca de experiência entre os indivíduos. Além disso, os grupos são geralmente coordenados por profissionais de saúde, como psicólogos, terapeutas ocupacionais ou enfermeiros, que orientam as atividades e garantem os objetivos terapêuticos.

Assistencia domiciliar

As visitas domiciliares são uma ferramenta essencial em diversas áreas, desde a assistência social até a saúde pública, desenvolvendo promoção da saúde, na prevenção de doenças, no acompanhamento de pacientes e na educação sanitária das famílias.

Abaixo, descrevemos os principais aspectos da metodologia das visitas domiciliares:

▪ Planejamento

Antes de realizar as visitas domiciliares, é fundamental fazer um planejamento detalhado. Isso envolve a definição dos objetivos da visita, a seleção dos indivíduos ou famílias a serem visitados, a preparação do material necessário e a organização da equipe responsável pelas visitas.

▪ Identificação de Necessidades

Durante as visitas domiciliares, os profissionais de saúde têm a oportunidade de identificar as necessidades específicas de cada família ou indivíduo. Isso pode incluir questões relacionadas à saúde física, mental, social e ambiental.

É importante realizar uma avaliação completa e sensível, levando em consideração o contexto cultural e socioeconômico dos indivíduos.

▪ Coleta de Dados

Durante a visita, os profissionais de saúde coletam informações relevantes sobre o estado de saúde dos moradores, as condições de vida, os hábitos de higiene, o acesso aos serviços de saúde e outros aspectos importantes. Esses dados são essenciais para planejar intervenções adequadas e personalizadas.

▪ Educação em Saúde

As visitas domiciliares são uma oportunidade valiosa para fornecer orientações e educação em saúde às famílias. Isso pode incluir informações sobre prevenção de doenças, cuidados com a saúde materno-infantil, promoção da alimentação saudável, higiene pessoal, vacinação, entre outros temas relevantes.

É necessário adaptar as mensagens às necessidades e realidades específicas de cada família.

▪ Acompanhamento e Monitoramento

Após a visita inicial, é fundamental realizar um acompanhamento regular das famílias, especialmente daquelas com necessidades específicas ou em situações de vulnerabilidade. Isso permite monitorar o progresso, avaliar a eficácia das intervenções realizadas e identificar novas necessidades que possam surgir ao longo do tempo.

▪ Integração com a Rede de Serviços

As visitas domiciliares devem ser parte integrante de uma abordagem mais ampla e coordenada de atenção primária à saúde. É essencial que os profissionais de saúde trabalhem em colaboração com outros serviços e programas, como unidades básicas de saúde, centros de referência, assistência social, educação e outros setores relevantes.

▪ Registro e Documentação:

Todos os dados coletados durante as visitas domiciliares devem ser registrados de forma precisa e sistemática. Isso inclui informações sobre as condições de saúde, as intervenções realizadas, os resultados obtidos e quaisquer recomendações ou encaminhamentos feitos. A documentação adequada é essencial para garantir a continuidade do cuidado e a prestação de contas.

As visitas domiciliares devem ser pautadas em ferramentas poderosas para promover a saúde e o bem-estar das comunidades, adotando uma abordagem holística e centrada no indivíduo, os profissionais de saúde podem identificar as necessidades específicas de cada família e fornecendo intervenções personalizadas e eficazes.

▪ Trabalho em grupo

O trabalho de grupo leva a resultados eficazes, pois promove um ambiente acolhedor, os clientes podem desenvolver suas habilidades sociais, construir redes de suporte. Este tipo de abordagem trata o indivíduo de uma forma holística, ou seja, não trata só os sintomas físicos, mas também os psicossociais.

PRÁTICA DE ENFERMAGEM NA COMUNIDADE; CUIDADO DE SAÚDE FAMILIAR; ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA

O Programa Saúde da Família (PSF), atualmente conhecido como Estratégia Saúde da Família (ESF), foi implementado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como uma resposta às necessidades de reorganização da atenção primária à saúde no Brasil. Desde sua criação, a ESF tem sido uma ferramenta central na promoção da saúde, prevenção de doenças e no cuidado integral das comunidades. A estratégia visa garantir que o cuidado em saúde seja acessível, contínuo e centrado nas necessidades reais da população, integrando diversos níveis de atenção e promovendo uma saúde pública mais eficaz e equitativa.

A ESF foi desenvolvida com a compreensão de que a saúde não é apenas a ausência de doenças, mas um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Para atingir esse objetivo, a ESF trabalha com equipes multidisciplinares que atuam diretamente nas comunidades, proporcionando um atendimento que vai além do tratamento de doenças, englobando também a promoção de hábitos saudáveis e a prevenção de problemas de saúde. O programa busca ainda fortalecer o vínculo entre a população e os serviços de saúde, garantindo que todos tenham acesso aos cuidados necessários de maneira oportuna e de qualidade.

OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

► Promover a Saúde e Prevenir Doenças

A promoção da saúde e a prevenção de doenças são pilares fundamentais da ESF. Essa estratégia visa não apenas tratar as doenças existentes, mas evitar que elas ocorram. Para isso, a ESF desenvolve uma série de ações educativas, como palestras e oficinas, que orientam a população sobre a importância de adotar hábitos de vida saudáveis, como uma alimentação balanceada e a prática regular de atividades físicas. Além disso, campanhas de vacinação são organizadas para prevenir a disseminação de doenças infecciosas, enquanto programas específicos são implementados para o controle de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Ao focar na prevenção, a ESF busca reduzir a necessidade de intervenções médicas mais complexas e caras, promovendo uma saúde preventiva que é mais sustentável para o sistema de saúde e para a população.

► Atenção Integral à Saúde

A ESF adota uma abordagem integral à saúde, que considera o indivíduo em todas as suas dimensões – física, emocional e social. Esse modelo de cuidado integral é implementado através de um acompanhamento contínuo, onde a equipe de saúde não apenas trata as doenças, mas também promove o bem-estar geral dos pacientes. As equipes são responsáveis por desenvolver planos de cuidado personalizados, que incluem desde a promoção da saúde e prevenção de doenças até a reabilitação de condições crônicas. A atenção integral também significa que a ESF está preparada para lidar com as diversas fases da vida dos pacientes, desde o nascimento até a velhice, garantindo que todos os aspectos de sua saúde sejam abordados de forma coordenada e contínua.

► Vinculação e Acolhimento

O vínculo entre os profissionais de saúde e as comunidades atendidas é um dos principais diferenciais da ESF. A estratégia busca criar um relacionamento de confiança entre a equipe de saúde e os usuários do SUS, proporcionando um atendimento acolhedor e humanizado. O acolhimento é a base para que as necessidades de saúde dos indivíduos sejam compreendidas e atendidas de maneira eficaz. Os profissionais da ESF são capacitados para escutar ativamente os pacientes, compreendendo suas preocupações e fornecendo orientações adequadas. Além disso, o vínculo forte entre a equipe de saúde e a comunidade facilita a adesão ao tratamento, o que é fundamental para o sucesso das intervenções em saúde.

► Descentralização e Acesso Universal

A descentralização dos serviços de saúde é uma das principais estratégias da ESF para garantir o acesso universal à saúde. Ao levar os cuidados de saúde para mais perto das pessoas, especialmente aquelas em áreas rurais, periféricas e vulneráveis, a ESF reduz as barreiras geográficas e sociais que muitas vezes impedem o acesso aos serviços de saúde. A estratégia também busca assegurar que os serviços sejam equitativos, ou seja, que todos, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso aos mesmos padrões de cuidado. A descentralização facilita a identificação de problemas de saúde locais e a implementação de soluções adaptadas às realidades específicas de cada comunidade.

► Coordenação do Cuidado

A ESF atua como a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde, coordenando o cuidado de saúde dos pacientes entre os diferentes níveis de atenção, desde a atenção básica até os serviços especializados. Isso significa que a equipe de saúde da família não apenas presta cuidados primários, mas também é responsável por organizar o fluxo de atendimento, garantindo que os pacientes sejam encaminhados para especialistas ou serviços de alta complexidade quando necessário. A coordenação do cuidado é fundamental para garantir a continuidade do atendimento e para evitar a fragmentação dos serviços de saúde, o que pode comprometer a qualidade do cuidado e a satisfação dos pacientes.